

# PODER LEGISLATIVO



## *ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ*

PROJETO DE LEI

Nº 717/2019

AUTORES:

DEPUTADO GOURA, DEPUTADO TERCÍLIO TURINI, DEPUTADO DR.  
BATISTA, DEPUTADO MICHELE CAPUTO, DEPUTADO ARILSON CHIORATO

EMENTA:

DISPÕE SOBRE A DISPONIBILIZAÇÃO DE PRONTUÁRIOS MÉDICOS AOS  
PACIENTES.



# PODER LEGISLATIVO



## *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

PROJETO DE LEI

Nº: 717/2019

AUTORES: DEPUTADO GOURA, DEPUTADO TERCILIO TURINI, DEPUTADO DR. BATISTA, DEPUTADO MICHELE CAPUTO

EMENTA:

DISPÕE SOBRE A DISPONIBILIZAÇÃO DE PRONTUÁRIOS MÉDICOS AOS PACIENTES.

PROTOCOLO Nº: 5138/2019



00036659

---

DIRETORIA LEGISLATIVA





# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

## PROJETO DE LEI Nº 717/2019

Dispõe sobre a disponibilização de prontuários médicos aos pacientes.

**Art. 1º** Esta Lei regulamenta a disponibilização de prontuários médicos aos pacientes.

**Art. 2º** Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I – prontuário médico, o conjunto de documentos de caráter legal, sigiloso e científico, constituído pelas informações, sinais e imagens registradas, geradas a partir de fatos, acontecimentos e situações sobre a saúde do paciente e a assistência a ele prestada, seja por profissional autônomo ou por equipe, em domicílio ou em instituição médica, consultório, clínica ou congêneres;

II – prontuário ativo, o prontuário médico do paciente que permanece em tratamento, que recebeu alta ou que faleceu nos últimos seis meses;

III – prontuário inativo, o prontuário médico do paciente que recebeu alta ou que faleceu a mais de seis meses;

IV – prestador de atendimento, o profissional da área de saúde, dentre outros:

- a) o médico;
- b) o enfermeiro;
- c) o fisioterapeuta;
- d) o nutricionista;
- e) o biomédico;
- f) o psicólogo clínico;
- g) o terapeuta ocupacional;
- h) o fonoaudiólogo;
- i) o dentista;

V – paciente, a pessoa física a quem se presta serviço de assistência à saúde.

**Parágrafo único.** Para os efeitos desta Lei, também se considera prestador de atendimento a pessoa jurídica a que estão vinculados os profissionais da área



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

de saúde relacionados nas alíneas “a” a “i” do inciso V deste artigo, contratados para prestar qualquer serviço de assistência à saúde do paciente.

**Art. 3º** O prontuário médico pertence ao paciente e ficará com o prestador de atendimento até a sua requisição.

**§ 1º** É facultado ao prestador de atendimento, se a lei ou a entidade representativa da sua categoria profissional o exigir, reter os documentos originais que compõem o prontuário médico e fornecer cópias ao paciente, sem custos.

**§ 2º** No caso de fornecimento de cópias do prontuário médico, o prestador de atendimento deve certificar que as mesmas são documentos autênticos.

**Art. 4º** O prontuário médico pode ser requisitado pelo paciente no formato físico ou digital, mediante solicitação verbal ou escrita, a ser atendida no prazo de até dez dias úteis.

**§ 1º** O prestador de atendimento deve fornecer ao paciente o protocolo da requisição do prontuário médico com a data e o horário do seu recebimento.

**§ 2º** A requisição de prontuário médico escrita e remetida pelo correio deve ter firma reconhecida.

**§ 3º** Caso requisite o prontuário médico em formato físico, o paciente pode retirá-lo no local onde recebeu atendimento ou solicitar a coleta e o envio por qualquer outro meio, às suas expensas.

**§ 4º** Caso requisite o prontuário médico em formato digital, para recebê-lo, o paciente deve informar seu e-mail ou a mídia para gravação do seu conteúdo, conforme sua preferência.

**§ 5º** Os requisitos para o fornecimento de prontuário inativo são os mesmos requisitos exigidos para o fornecimento de prontuário ativo e o prazo para a sua entrega pelo prestador de atendimento é de trinta dias úteis.

**Art. 5º** Ressalvada a manifestação expressa e por escrito do paciente solicitando o sigilo do seu prontuário médico, em caso de morte ou incapacidade cognitiva permanente, cópia do prontuário médico pode ser



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

requisitada e recebida por seu cônjuge, por seu companheiro ou por seus ascendentes ou descendentes em primeiro grau.

**Art. 6º** É proibido ao prestador de atendimento condicionar o fornecimento do prontuário médico ao pagamento de qualquer valor pelo paciente, não podendo haver a cobrança de débitos relativos a serviços já prestados concomitantemente com o fornecimento do prontuário.

**Parágrafo único.** É facultado ao prestador de atendimento cobrar o valor das fotocópias na hipótese do art. 5º desta Lei.

**Art. 7º** O prestador de atendimento que descumprir esta Lei, negando ou dificultando acesso aos prontuários médicos, será multado em 5 (cinco) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Paraná – UPF/PR, sem prejuízo das demais penalidades contidas na legislação.

**Parágrafo único.** O valor da multa deve ser repassado ao Fundo Estadual de Saúde do Paraná - Funsaupe, instituído pela Lei nº 10.703, de 10 de janeiro de 1.994.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor após noventa dias contados da data de sua publicação.

Curitiba, 24 de setembro de 2019.

**Goura**

Deputado Estadual

**Tercilio Furini**

Deputado Estadual

**Dr. Batista**

Deputado Estadual

**Michele Caputo**

Deputado Estadual



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### JUSTIFICATIVA

Dentre os direitos sociais inseridos na Constituição brasileira está o direito à saúde (art. 6º, *caput*). Este direito também foi assegurado no art. 6º, I do Código de Defesa do Consumidor (CDC). O CDC ainda assegura o direito à informação a respeito dos produtos e serviços oferecidos no mercado (art. 8º).

Estes dois direitos - de um lado, à saúde; de outro, à informação - fundamentam o presente projeto de lei, que procura facilitar o acesso do consumidor - que, ao contratar um serviço de tratamento de saúde, adquire a condição de paciente - e de seus familiares ao prontuário médico.

Atualmente, não há legislação federal que trata exatamente do tema, de modo que ele está regulado pelo Código de Ética Médica (Resolução CFM/1.931/2009), que garante o acesso do paciente ao prontuário (art. 88), e, regionalmente, pelo Código de Saúde do Paraná (lei nº 13.331/2001 e decreto nº 5.711/2002), que apenas define de forma genérica o acesso ao prontuário em seu art. 112, §2º.

Entretanto, a popularização do acesso ao trabalho de profissionais de outros serviços de saúde (como nutricionistas, psicólogos clínicos, fisioterapeutas, dentistas, fonoaudiólogos e biomédicos) pode gerar uma pluralidade de regulações diferentes e mesmo contraditórias quanto ao direito do paciente sobre o prontuário por parte dos conselhos profissionais.

Isto posto, este projeto de lei garante mais segurança jurídica e comodidade aos pacientes e seus familiares, que frequentemente já enfrentam a dificuldade do próprio tratamento.

Um PL semelhante - de número 474/2016 - foi proposto pelo ex-Deputado Marcio Pauliki, mas arquivado em virtude do fim da legislatura. O PL atual é mais amplo do que aquele e traz definições precisas do significado de prontuário médico e prestador de atendimento, além de garantir o acesso ao documento por parte dos familiares em caso de morte ou incapacidade do paciente.

Por fim, destaca-se que iniciativa similar foi aprovada no Estado do Mato Grosso do Sul (Lei 4.546 de 2014).



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Certifico que o presente expediente protocolado sob nº 5138/2019 - DAP, em 24/9/2019, foi autuado nesta data como Projeto de Lei nº 717/2019.

Curitiba, 24 de setembro de 2019.

  
Danielle Requião  
Matrícula nº 16.490

Informamos que revendo nossos registros, em busca preliminar, constatamos que o presente projeto:

( ) guarda similitude com \_\_\_\_\_

( ) guarda similitude com a(s) proposição(ões) em trâmite \_\_\_\_\_

(x) guarda similitude com a(s) proposição(ões) arquivada(s) PL nº 474/2016

( ) não possui similar nesta Casa.

( ) dispõe sobre matéria que sofreu rejeição na presente Sessão Legislativa.

  
Danielle Requião  
Matrícula nº 16.490

1- Ciente.

2- Encaminhe-se ( ) à Comissão de Constituição e Justiça.  
(x) ao Núcleo de Apoio Legislativo.

Curitiba, 25 de setembro de 2019.

  
Dyliardi Alessi  
Diretor Legislativo

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury  
Diretoria Legislativa

Praça Nossa Senhora de Salete, s/n, Ed. Palácio XIX de Dezembro – 3º Andar  
Curitiba – PR – CEP: 80530-911 – Telefone: (41) 3350-4138.



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

PROPOSIÇÃO

COMPLETO



TIPO	NÚMERO	ANO	PROTOCOLO D.A.P.
PROJETO DE LEI	474	2016	5291/2016

DATA ENTRADA	ASSUNTO
04/10/2016	SAÚDE
Nº D.O. ALEP	REGIME DE URGÊNCIA
	Não

## AUTOR(ES)

DEPUTADO MARCIO PAULIKI

## PALAVRAS-CHAVE

PRONTUÁRIOS, HOSPITAIS, CLÍNICAS, PACIENTE

## EMENTA

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE FORNECIMENTO POR HOSPITAIS, CLÍNICAS E CONGÊNERES, DE PRONTUÁRIOS, AINDA QUE RESUMIDOS, NO MOMENTO DA ALTA / LIBERAÇÃO DO PACIENTE, DESDE QUE POR ELE SOLICITADO OU SEU REPRESENTANTE LEGAL, CONTENDO A RELAÇÃO DE MATERIAIS, MEDICAMENTOS E QUAIS SERVIÇOS FORAM USADOS NO ATENDIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

## OBSERVAÇÕES

## TRÂMITES/AÇÕES

ENTRADA	LOCAL DE TRAMITAÇÃO	DATA	AÇÃO	OBSERVAÇÃO	RELATOR
04/10/2016 16:01	DAP - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO				
04/10/2016 17:39	DIRETORIA LEGISLATIVA	04/10/2016 17:40	AUTUADO		
17/10/2016 15:37	COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA	06/12/2016 11:39	ADIAMENTO	ADIADO EM FACE AO TÉRMINO DA SESSÃO (ART. 46, §1º DO RI)	
17/10/2016 15:37	COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA	07/12/2016 16:04	ADIAMENTO	ADIADO EM FACE AO TÉRMINO DA SESSÃO (ART. 46, §1º DO RI)	
17/10/2016 15:37	COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA	13/12/2016 17:01	ADIAMENTO	ADIADO EM FACE AO TÉRMINO DA SESSÃO (ART. 46, §1º DO RI).	
17/10/2016 15:37	COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA	14/02/2017 15:24	PARECER CONTRÁRIO	APROVADO	DEPUTADO FELIPE FRANCISCHINI
17/10/2016 15:37	COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA	21/02/2017 15:26	AGUARDANDO ANÁLISE DO RECURSO		
21/02/2017 10:21	DIRETORIA LEGISLATIVA	21/02/2017 11:08	ATUALIZADO(A) - ENCAMINHADO(A)		
21/02/2017 11:55	COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA				
06/12/2018 15:46	DIRETORIA LEGISLATIVA	12/02/2019 11:00	ARQUIVADO ART. 296 - FINAL DE LEGISLATURA		





## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### CERTIDÃO

Certifico que a Nota Técnica ao Projeto de Lei nº 717/2019, protocolado sob o nº 5138/2019-DAP, foi **acolhida integralmente** pelos Excelentíssimos Deputados Dr. Batista, Michele Caputo, Goura e Tercílio Turini, que apresentaram novo texto da proposição em substituição ao texto original, nos termos do § 4º do Art. 156 do Regimento Interno:

Art. 156. Caso entender necessário, a Diretoria Legislativa, no prazo do § 2º do art. 155 deste Regimento, poderá emitir nota técnica às proposições visando à adequação à legislação sobre técnica legislativa.

§ 4º Em caso de acolhimento integral ou parcial da nota técnica pelo autor da proposição, este apresentará o novo texto da proposição, o qual substituirá o original, sem configurar emenda, prosseguindo-se sua tramitação.

Observa-se que a emissão de Nota Técnica tem por objetivo aprimorar o conteúdo e a forma das proposições apresentadas pelos Excelentíssimos Deputados, de modo a padronizar a técnica legislativa neste Parlamento.

Ademais, as alterações sugeridas pelo Núcleo de Apoio Legislativo buscam evitar emendas corretivas desnecessárias às proposições, o que pode vir a acelerar a tramitação dos Projetos de Lei.

Por fim, observa-se que a Nota Técnica emitida pelo Núcleo de Apoio Legislativo não visa se manifestar quanto ao mérito nem eventuais inconstitucionalidades ou ilegalidades, bem como não tem o intuito de alterar o objeto das proposições.

Curitiba, 6 de novembro de 2019.

  
Murilo Joaquim

Analista Legislativa

Matrícula nº 40.198



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### DESPACHO

O Projeto de Lei original foi substituído pela redação elaborada pelo Núcleo de Apoio Legislativo, nos termos do § 4º do art. 156 do Regimento Interno.

A proposição original foi arquivada nesta Diretoria.

Encaminhe-se à Comissão de Constituição e Justiça.

Curitiba, 7 de novembro de 2019.



Dylliardi Alessi  
Diretor Legislativo



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - <https://www.assembleia.pr.leg.br>

### INFORMAÇÃO Nº 7442/2022

Informo que houve requerimento solicitando a inclusão do Deputado Arilson Chiorato, como coautor do Projeto de Lei nº 717/2019, de autoria do Deputado Michele Caputo, conforme o protocolo de nº 3797/2022, apresentado na Sessão Plenária do dia 13 de dezembro de 2022.

Curitiba, 15 de dezembro de 2022.

**Guilherme Locatelli**  
Matrícula n.º 17.604



**GUILHERME LOCATELLI RODRIGUES**

Documento assinado eletronicamente em 15/12/2022, às 14:08, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento> informando o código verificador **7442** e o código CRC **1C6A7F1E1E2D4CF**

# PODER LEGISLATIVO



## *ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ*

REQUERIMENTO

Nº 3797/2022

AUTORES:DEPUTADO MICHELE CAPUTO, DEPUTADO ARILSON CHIORATO

EMENTA:

REQUER A INCLUSÃO DO DEPUTADO ARILSON CHIORATO COMO COAUTOR DOS PROJETOS DE LEI QUE ELENCA ABAIXO, DE AUTORIA DO DEPUTADO MICHELE CAPUTO.





## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - <https://www.assembleia.pr.leg.br>

### REQUERIMENTO Nº 3797/2022

Requer a inclusão do Deputado Arilson Chiorato como coautor dos Projetos de Lei que elenca abaixo, de autoria do Deputado Michele Caputo.

Senhor Presidente, os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, a inclusão do Deputado Arilson Chiorato como coautor dos Projetos de Lei que elenca abaixo, de autoria do Deputado Michele Caputo.

- **419/2022** - DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA A PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA;
- **366/2022** - CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ AO DOUTOR PEDRO RIBEIRO BARBOSA.
- **351/2022** - CONCEDE O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA À FEDERAÇÃO PARANAENSE DAS ASSOCIAÇÕES DE SÍNDROME DE DOWN;
- **332/2022** - DENOMINA ELVIO FRANCHETTI O VIADUTO DA RODOVIA BR 376, TREVO COM A RODOVIA PR 218, NO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA;
- **265/2022** - DISPÕE SOBRE A DISPONIBILIZAÇÃO DE FRALDÁRIOS ACESSÍVEIS A FREQUENTADORES DE ESTABELECIMENTOS PRIVADOS DE GRANDE CIRCULAÇÃO SITUADOS NO ESTADO DO PARANÁ.
- **225/2022** - PROÍBE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL IMPOR RESTRIÇÕES À ESCOLHA DO BANCO CONTRATADO PELO PROPONENTE DE PROJETOS CULTURAIS NO ESTADO DO PARANÁ
- **158/2022** - INSTITUI A MEIA-ENTRADA PARA ARTISTAS E TÉCNICOS-ARTÍSTICOS PROFISSIONAIS NOS EVENTOS CULTURAIS E ESPORTIVOS NO ESTADO DO PARANÁ
- **111/2022** - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS PRÓPRIOS DO ESTADO DO PARANÁ;
- **63/2022** - DISPÕE SOBRE A PREFERÊNCIA PARA FILA DE EMBARQUE NA TRAVESSIA DE GUARATUBA PARA OS VEÍCULOS QUE ESPECIFICA
- **42/2022** - ESTABELECE MULTA ADMINISTRATIVA NOS CASOS DE AGRESSÃO VERBAL E/OU FÍSICA A TRABALHADORES DA SAÚDE NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO;
- **778/2021** - PROÍBE A UTILIZAÇÃO DE SOLVENTES INFLAMÁVEIS NA IMPERMEABILIZAÇÃO DE BENS MÓVEIS EM LOCAIS RESIDENCIAIS;
- **766/2021** - DISPÕE SOBRE A ROTULAGEM DE PRODUTOS HORTÍCOLAS IN NATURA A GRANEL E EMBALADOS, COMERCIALIZADOS NO ÂMBITO DO ESTADO DO PARANÁ;
- **396/2021** - ALTERA A LEI Nº 18.419 - 7 DE JANEIRO DE 2015, ESTABELECE O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DO ESTADO DO PARANÁ;
- **395/2021** - OBRIGA ÀS EMPRESAS DE TRANSPORTE REMUNERADO PRIVADO INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS E AS EMPRESAS DE TRANSPORTE E ENTREGA DE PRODUTOS, POR INTERMÉDIOS DE APLICATIVOS OU OUTRAS PLATAFORMAS DE COMUNICAÇÃO EM REDE, PRESTADORAS DE SERVIÇOS NO ESTADO DO PARANÁ, A REALIZAREM PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS EM CASOS DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA OU DESCREDECENCIAMENTO DOS MOTORISTAS PARCEIROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
- **345/2021** - ALTERA A LEI Nº 14.991, DE 6 DE JANEIRO DE 2006, QUE DISPÕE SOBRE ADOÇÃO DE MEDIDAS DE SEGURANÇA, PELOS HOSPITAIS, CASAS DE SAÚDE E MATERNIDADE, QUE EVITEM,



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - <https://www.assembleia.pr.leg.br>

IMPEÇAM OU DIFICULTEM A TROCA DE RECÉM-NASCIDOS EM SUAS DEPENDÊNCIAS.

- **177/2021** – TORNA OBRIGATÓRIO EM NOVOS EDIFÍCIOS A PREPARAÇÃO ELÉTRICA PARA A INSTALAÇÃO DE PONTOS DE RECARGA INDIVIDUAIS PARA VEÍCULOS HÍBRIDOS E ELÉTRICOS.
- **56/2021** – INSTITUI O DIA ESTADUAL EM MEMÓRIA DAS PESSOAS QUE FALECERAM EM DECORRÊNCIA DA COVID-19 NO ESTADO DO PARANÁ
- **149/2020** – DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES ADEQUADAS DE CONVIVÊNCIA E REPOUSO AOS FUNCIONÁRIOS DE ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS QUE OFERECEM SERVIÇOS DE SAÚDE
- **34/2020** – AUTORIZA O INTERCÂMBIO DE AGENTES E PROFISSIONAIS DE SAÚDE ENTRE OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ EM CASOS DE SURTOS, ENDEMIAS, EPIDEMIAS E PANDEMIAS DE DOENÇAS E DESASTRES NATURAIS.
- **09/2020** – ACRESCE O INCISO IX NO ARTIGO 3º DA LEI 19.701/2018
- **745/2019** – CRIA A POLÍTICA ESTADUAL DE APOIO E QUALIFICAÇÃO À ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ
- **717/2019** – DISPÕE SOBRE A DISPONIBILIZAÇÃO DE PRONTUÁRIOS MÉDICOS AOS PACIENTES.
- **509/2019** – DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE PROMOVER A IMPERMEABILIZAÇÃO DE BENS MÓVEIS USANDO SOLVENTES INFLAMÁVEIS EM LOCAIS RESIDENCIAIS;
- **539/2019** - DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CARTÃO DIGITAL DE VACINAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;
- **494/2019** – ALTERA A LEI Nº 16.239, DE 29 DE SETEMBRO DE 2009, QUE ESTABELECE NORMAS DE PROTEÇÃO À SAÚDE E RESPONSABILIDADE POR DANO AO CONSUMIDOR, NOS TERMOS DOS INCISOS V, VIII E XII DO ARTIGO 24.
- **100/2019** – PROÍBE O FUNCIONAMENTO DOS CURSOS DE NÍVEL MÉDIO, TÉCNICO E SUPERIOR, NA ÁREA DA SAÚDE, QUE DESRESPEITEM O LIMITE MÁXIMO DE 20%

Curitiba, 13 de dezembro de 2022.

**MICHELE CAPUTO**

**DEPUTADO ESTADUAL**

**ARILSON CHIORATO**

**DEPUTADO ESTADUAL**



**DEPUTADO MICHELE CAPUTO**

Documento assinado eletronicamente em 13/12/2022, às 16:57, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - <https://www.assembleia.pr.leg.br>



**DEPUTADO ARILSON CHIORATO**

Documento assinado eletronicamente em 13/12/2022, às 18:14, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

<https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento> informando o código verificador **3797** e o código CRC **1C6B7B0B9D6E1EE**



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - <https://www.assembleia.pr.leg.br>

### DESPACHO - DL Nº 4753/2022

Ciente;

Após anotações, anexe-se o requerimento à Proposição;

Encaminhe-se à Comissão de Constituição e Justiça.

**Dylliardi Alessi**  
**Diretor Legislativo**



**DYLLIARDI ALESSI**

Documento assinado eletronicamente em 16/12/2022, às 11:33, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
<https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento> informando o código verificador **4753** e o  
código CRC **1C6E7A1A1A2B4EA**